



Nº 02 – MARÇO/2018

DESTAQUES

Conferência global: dano causado pelo consumo de cigarro custa 2 trilhões de dólares anuais

O Brasil, representado pelo Instituto Nacional de Câncer, em conjunto com entidades públicas e organizações civis, participou da 17ª Conferência Mundial sobre Tabaco ou Saúde (WCTOH), que ocorreu na África do Sul, na primeira semana de março.

Com o tema “Unir o mundo para uma geração livre de tabaco”, o evento reuniu mais de cem países, e serviu de ensaio para a próxima Conferência das Partes (COP 8), que ocorrerá em Genebra, no início de outubro.

Durante o lançamento da 6ª edição do “Atlas do Tabaco”, elaborado pela Associação Americana do Câncer (ACS) e pela Organização de Saúde Vital Strategies, foi divulgado que o tabagismo custa US\$ 2 trilhões anuais à economia mundial, o que representa cerca de 2% do Produto Interno Bruto global.

Além disso, o tabaco causa 7 milhões de mortes por ano (5,1 de homens e 2 de mulheres), sendo que quase 900 mil por culpa da fumaça de segunda mão. O evento também discutiu formas e medidas de combate ao tabagismo.

Presente no evento, o ex-prefeito de Nova York e atual embaixador global da OMS para doenças não transmissíveis, Michael Bloomberg, anunciou os países escolhidos do quarto Bloomberg Awards pelo Global Tobacco Control por seu trabalho para reduzir o consumo de tabaco.

Foram estes, o Ministério da Saúde do Vietnã devido ao monitoramento do uso do tabaco e implementação de políticas de prevenção; o Fundo Solidário para a Saúde de El Salvador, por criar uma lei dos ambientes livres do tabaco; a Fundação Interamericana do Corazón, do México, devido a implantação de cessação tabágica; o Ministério da Saúde do Senegal, por advertir as pessoas sobre os perigos da fumaça do tabaco; a Organização Nacional de Consumidores de Saúde de Uganda, por proibir publicidade e patrocínio do tabaco, e o Ministério da Saúde da Argentina por aumentar o preço do tabaco.

Outro ponto alto da Conferência foi o simpósio presidido pela Princesa da Jordânia, Dina Mired, em que se discutiu o papel do setor financeiro, e sua intenção em reduzir investimentos e empréstimos para empresas tabageiras.

A conferência também discutiu a presença da indústria do tabaco no continente africano, e citou o exemplo de Uganda que vem lutando nos tribunais contra a indústria devido aos avanços na política de controle do tabagismo no país.

O diretor da Tobacco Free Kids, Matt Myers, lembrou a importância e o contexto da criação do artigo 5.3, que estabeleceu o conflito de interesses, e inviabilizou a participação da indústria do tabaco em fóruns de saúde.

"A indústria do tabaco depende de nossa falta de memória de longo prazo. As pessoas precisam entender o que levou as nações do mundo a decidir que a disposição do Artigo 5.3 era necessária", disse Matt Myers.

Fonte: Wctoh – Edição: SE-Conicq

<http://www.wctoh.org/news/money-talks-unleashing-the-power-of-the-finance-sector-in-global-tobacco-control/>

<http://olajornal.com.br/tabaco-em-debate-na-africa-do-sul-e-preparacao-para-cop8/>

BRASIL

OPAS aplaude Brasil por manter proibição de aditivos no tabaco

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de o Brasil manter a validade da resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que impede o uso de aditivos em produtos derivados do tabaco, foi comemorada pelo escritório regional da Organização Panamericana da Saúde (OPAS). A decisão impõe a proibição do uso desses agentes para modificar o sabor e o cheiro de cigarros tornando-os mais atrativos, principalmente para os jovens.

"O Brasil dá um importante passo em direção ao cumprimento da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco, e se junta ao Uruguai, Panamá e Costa Rica, que já proibiram aditivos na região das Américas", destaca o consultor de Tabaco do escritório da OPAS/OMS no Brasil, Diogo Alves.

Em seus votos contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4874, os ministros do STF Celso de Mello, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber se ampararam em evidências da OPAS/OMS sobre a epidemia do tabagismo e seus custos econômicos.

O Brasil foi o primeiro país no mundo a proibir, em 2012, o uso dos aditivos. Posteriormente, pelo menos 33 outros países baniram produtos de tabaco com os chamados flavorizantes (aditivos de sabor), como Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Cingapura e Tailândia.

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

<https://nacoesunidas.org/onu-elogia-decisao-do-stf-de-proibir-aditivos-que-mudam-sabor-e-cheiro-de-cigarros/>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Encontro nacional de agroecologia pretende aproximar campo e cidade

Uma aproximação entre o rural e o urbano para promover uma mudança de perspectiva, valorizando a produção de alimentos nas cidades que também se orientam pelos princípios da agroecologia. Esta é a premissa que será debatida durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que ocorrerá a partir de 31 de maio, em Belo Horizonte.

A decisão foi tomada na Plenária da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizada em abril do ano passado, na capital mineira. Participaram da Plenária 70 representantes de diversos movimentos sociais do campo e da floresta, redes estaduais de agroecologia, redes regionais do campo e da cidade com atuação nas cinco regiões brasileiras.

“O IV ENA já começou e a Plenária foi um marco nesta construção”, explica Denis Monteiro, secretário executivo da ANA. Ele ressalta a importância do processo de mobilização para o Encontro, que terá várias atividades previstas para acontecer nos territórios, valorizando as dinâmicas e experiências locais em agroecologia. Durante o processo preparatório, será feito um resgate da história, da construção da agroecologia nos territórios, desde os anos 1980 até hoje.

Fonte: Agroecologia – Edição: SE-Conicq

<http://www.agroecologia.org.br/2017/04/18/iv-ena-sera-em-belo-horizonte-em-2018/>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Afubra inaugura Centro Tecnológico para diversificação do tabaco em Rio Pardo

Centro desponta como alternativa a retração global do consumo de cigarros

Em sincronia com a retração global do consumo de cigarros tradicional, admitida pelo Presidente da Afubra, Benício Werner, durante entrevista à Rádio Afubra no dia 10 de março, a prefeitura de Rio Pardo construiu o Centro Vocacional Tecnológico da Diversificação da Fumicultura do Vale do Rio Pardo (CVT).

“temos ciência de que a queda no consumo de cigarros está acontecendo no mundo, tanto é que na assembleia do ITGA que fizemos no ano passado, o consumo no mundo caiu 1,4%, e precisamos ter em nossa consciência e levar isto para o produtor. Nós precisamos diversificar nossa propriedade, não é que nós temos que parar de produzir tabaco”, informou Werner.

Com recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Centro será inaugurado entre os dias 20 e 22 de março, durante a 18ª Expoagro Afubra, e funcionará em Rincão Del Rey, no Parque onde se realiza anualmente a exposição.

Lançado em 2015, o CVT resultou de uma parceria entre Afubra, Universidade de Santa Cruz do Sul, prefeitura de Rio Pardo, Embrapa e Emater, e será destinado em “favor da agricultura familiar na região”.

O prefeito de Rio Pardo, Fernando Schwanke, informou durante visita as instalações do CVT, que o Centro atende as propostas da Conferência das Partes 7, ocorrida na Índia em 2016.

“A nossa região teve o protagonismo de unir todas as entidades interessadas no assunto, como a Unisc, o Corede/VRP, a Afubra e a Amvarp, que, juntas, construíram o projeto que foi encaminhado ao MCTI e que está saindo do chão”, ressaltou.

Com recursos do Governo do Rio Grande Sul, e apoio do deputado estadual Edson Brum, um dos principais projetos do CVT é o Daqui Alimentos, nome da plataforma de comercialização criada pela Unisc, para que os agricultores familiares, agroindústrias, cooperativas consigam expor e vender seus produtos para diferentes públicos.

O secretário de Planejamento, Indústria e Comércio de Rio Pardo, Adolfo Menezes, explica que o Centro tem como um dos objetivos o aumento da renda das pequenas propriedades, identificando oportunidades e demandas de mercado.

"O CVT é um centro de pesquisa, disseminação e industrialização de produtos. Ou seja, uma forma de diversificar o tabaco e de agregar valor. O mais importante é que a parceria entre Afubra, Unisc, prefeitura, Embrapa e Emater envolve o pequeno produtor rural que já tenha seu foco na produção primária, alcançando outros tipos de pesquisa, como por exemplo, na parte de óleos químicos", explica o secretário.

Fonte: Folha do Mate – Edição: SE-Conicq

<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/apl-producao-de-alimentos-realiza-reuniao-de-governanca-no-cvt-em-rio-pardo>
http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2017/12/12/109339-centro_vocacional_sera_inaugurado_durante_a_expoagro_com_cinco_cursos.html.php

SindiTabaco cobra adesão do Brasil ao Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco

O SindiTabaco, através de sua página, questionou a demora na assinatura do protocolo do comércio ilícito de produtos de tabaco pelo Brasil. O texto foi publicado para divulgar o Dia Nacional de Combate ao Contrabando, celebrado pela entidade no dia 03 de março para chamar atenção do cigarro como o produto mais prejudicado com o mercado ilegal.

Para advertir ainda mais as autoridades e sociedade sobre o contrabando de cigarros, o SindiTabaco divulgou pesquisa do Ibope apontando que quase metade dos cigarros consumidos no País são ilegais, ou seja, não pagam tributação e não possuem qualquer tipo de controle fitossanitário.

Para o Presidente da entidade, Iro Shcunke, o contrabando é um dos maiores problemas enfrentados pela indústria brasileira.

“Em alguns Estados o número de cigarros contrabandeados já supera o mercado legal. Não estamos falando somente de perda de tributos, receita e de empregos decorrentes da redução do mercado legal, mas também de prejuízos ao consumidor. O produto legal é amplamente fiscalizado pelos órgãos de saúde, o que não ocorre com o cigarro contrabandeado. Precisamos avançar sobre o tema”, afirmou Schünke.

De acordo com Iro Schünke, o setor aguarda a adesão do Brasil ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco.

“Por ser um problema complexo, o mercado ilegal deve ser enfrentado com iniciativas diversas e complementares, como o fortalecimento das autoridades de combate e repressão, maior controle de fronteiras e severidade de penas aos infratores. Precisamos de mais ferramentas para tratar o problema que tem afetado não somente o nosso produto, como outros da economia brasileira”, comenta.

Fonte: SindiTabaco – Edição: SE-Conicq

<http://www.sinditabaco.com.br/o-que-falta-para-o-brasil-aderir-ao-protocolo-que-combate-o-mercado-illegal-de-tabaco/>

Indústria do tabaco pressiona no STJ por prorrogação das novas advertências

A Associação Brasileira da Indústria do Fumo e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária travam uma disputa na Justiça pelo prazo para atualização de advertências antifumo em embalagens e expositores, fixado em 25 de maio pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 195/2017.

A Abifumo quer ampliar até dezembro de 2018 a data limite para a mudança, e para isso irá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em busca de uma decisão liminar para tentar ampliar o tempo de ajuste. Segundo o diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação da empresa JTI, Flávio Goulart, as fabricantes de cigarros tentaram primeiro a via administrativa. “Nós esgotamos todas as etapas de negociação com a Anvisa, sem sucesso.”

A Anvisa argumenta que não há a possibilidade de adiamento. A razão, conforme a agência reguladora, é que nesta data também se encerra o contrato de uso de imagem dos atores que ilustram frases como “fumar causa impotência sexual”.

A negativa da agência ao primeiro pedido por mais prazo da Abifumo veio em voto proferido pelo diretor Fernando Mendes, em reunião de 16 de janeiro da Diretoria Colegiada (Dicol). Segundo Mendes, a Anvisa “cometerá a patente ilegalidade de usar imagem alheia sem autorização contratual” caso venha a prolongar o início da vigência da resolução.

Nesta mesma reunião da Dicol, a Anvisa decidiu endurecer regras à exposição de tabaco e derivados. Neste caso, sem restrições sobre direito de imagem, os prazos estipulados foram mais generosos: a disposição gráfica dos expositores deve ser alterada até 25 de maio de 2019. Tabaco e derivados devem ser isolados de produtos infantis até 25 de maio de 2020.

Fonte: Jota – Edição: SE-Conicq

<https://www.jota.info/saude/por-direito-de-imagem-anvisa-encurta-prazo-para-troca-de-advertencias-antifumo-19022018>

Souza Cruz informatiza contratos dos produtores integrados

Segundo uma das agências responsáveis pela assessoria de imprensa da Souza Cruz, a agência Four comunicação, a tabageira informatizou os contratos de 27 mil produtores da Região Sul.

Segundo a Four Comunicação, o objetivo da medida é a agilidade dos processos, diminuição de custos e burocracia. Para o gerente de Sustentabilidade da Souza Cruz, Claudimir Rodrigues, a ideia é que o formato digital atinja 100% das contratações, com exceção daquelas que necessitam de formalização por questões legais, a exemplo do Receituário Agrônomo.

O projeto piloto foi desenvolvido no Oeste do Paraná, nos municípios de Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Itaipulândia e Medianeira, e na região de Chapecó, no Oeste Catarinense. Com todos os testes realizados com sucesso, o modelo passou a ser difundido para os 13 territórios de atuação da empresa no Sul do Brasil.

Fonte: Four Comunicação – Edição: SE-Conicq

<http://www.fourcomunicacao.com.br/capa/noticias.html?post=6154>

TABACO ILÍCITO

Brasil aguarda análise do MRE para ratificar Protocolo do tabaco ilícito

Aprovado pelo Senado no dia 9 de dezembro, publicado e enviado à Casa Civil como Decreto Legislativo nº 185/2017 no dia 12, o Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco foi encaminhado para nova análise jurídica, e aguarda avaliação de setor especializado do Ministério das Relações Exteriores.

A tramitação demorada vem ocorrendo devido a anexação de uma declaração interpretativa ao Protocolo, cujo texto é inalterável, assinada pelos Senadores Romero Jucá e Ana Amélia.

O texto da declaração atenta para as dificuldades de implementação do tratado em caso dos países que fazem fronteira com o Brasil, caso específico do Paraguai, não ratifiquem o Protocolo.

“A ratificação do PCI de maneira isolada pelos países vizinhos não irá mudar essa situação, e o PCI somente será eficaz se for assinado como parte de um bloco que inclua os países fonte do tabaco ilegal no Brasil”, afirma o texto.

Abaixo o texto da declaração interpretativa.

"Ao depositar a carta de adesão a esse ato internacional, o governo brasileiro faz a seguinte Declaração Interpretativa: para fins de implementação das medidas previstas no presente acordo, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional, dentro de suas atribuições legais, serão os órgãos responsáveis pela coordenação para adequação do ordenamento jurídico brasileiro face às provisões previstas no tratado, contando com a colaboração de outros órgãos da Administração Pública brasileira, como e não se limitando ao Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Saúde. Adicionalmente, o Governo Brasileiro envidará esforços diplomáticos junto aos países da América do Sul, em especial os fronteiriços, para que igualmente ratifiquem o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Tabaco, de modo a que uma solução regional para a questão possa ser discutida e implementada".

Fonte: SE-Conicq

MUNDO SEM TABACO

Bloomberg premia Uganda por proibir publicidade de tabaco

O ex-prefeito de Nova York e atual embaixador global da OMS para doenças não transmissíveis, Michael Bloomberg, anunciou Uganda entre os países escolhidos do quarto Bloomberg Awards pelo Global Tobacco Control, por seu trabalho visando a redução do consumo de tabaco.

O país africano promulgou, em 2015, uma lei que regulamentou a publicidade, promoção e patrocínio do tabaco estimulado pela Organização Nacional de Consumidores de Uganda, em parceria com o Ministério da Saúde.

Segundo o jornal de Guardian, a proibição da publicidade desencadeou uma reação jurídica da British American Tobacco visando intimidar o país africano. De acordo com o jornal, existem 77 milhões de tabagistas na África.

Fonte: Lifestyle – Edição: SE-Conicq

<https://lifestyle.sapo.ao/saude/saude-e-medicina/artigos/industria-do-tabaco-faz-ameacas-para-impedir-regras-restritivas-em-africa>

Argentina promove congresso Tabaco ou Saúde em agosto

Entre a Copa do Mundo e Conferência das Partes, a Argentina sediará quatro conferências de caráter regional e local sobre controle do tabaco durante o mês de outubro, na Cidade de San Juan, Província de San Juan, localizada no lado Oeste do país, perto da Cordilheira dos Andes.

São estas, a 11 Congresso Argentino Tabaco o Salud, o 9 Encontro Argentino Uruguai Tabaco ou Salud, 1 Congresso Tabaco o Salud Del Cono Sur, e 1 Encontro Regional Tabaco o Salud.

Entre os temas que serão debatidos, o cigarro eletrônico e a necessidade de ratificação pela Argentina da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Os temas que serão debatidos estão disponíveis no site:

<http://www.fac.org.ar/2/externos/documentos/XI%20CONGRESO%20ARGENTINO%20TABACO%20O%20SALUD-2018.pdf>

Fonte: FAC – Edição: SE-Conicq

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA